

APRESENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES

Este documento apresenta as principais recomendações saídas do XXVIº Conselho de Paz, reunido entre os dias 15 e 19 de Outubro de 2025, no setor de Quinhamel, Região de Biombo.

O Conselho de Paz consiste na Assembleia Representava Nacional de CTO-Bissau * Fórum de Paz, que reúne os 11 Grupos de Kumpuduris di Paz (GKP), sediados e atuantes nas diferentes regiões Administrativas da Guiné-Bissau, a rede das Juventudes Partidárias e é alargado as organizações parceiras neste caso a Rede de África Ocidental de Edificação de Paz na Guiné-Bissau (WANEP-GB).

Sendo órgão consultivo, o Conselho de Paz, faz o seguimento, avaliação e progresso das atividades desenvolvidas pelos Grupos di Kumpuduris di Paz (GKP) junto a população, e com vista à consolidação da paz e ao progresso do país. E durante o encontro:

- i) São apresentadas recomendações, sobre o desenvolvimento e a eficiência das organizações;
- ii) São igualmente apresentadas as recomendações da população nas atividades desenvolvidas nas diferentes localidades do país;

Os Grupos Kumpuduris di Paz, em parceria com o Projeto Fórum de Paz, executado pelo GTO-Bissau e o WFD e.V. da Alemanha, num desafio constante de consolidação de paz, trabalham afincadamente na consciencialização dos cidadãos aparelho de Estado para a transformação pacífica de conflitos, com a finalidade de enraizar a democracia participava, baseada nas capacidades locais para a paz e coesão social permitindo o acesso justo aos recursos.

A fim de, alcançar os objetivos preconizados, foram realizadas atividades relacionada à:

- ✓ Promoção da igualdade de género;
- ✓Educação para a cidadania;
- ✓ Monitorização do processo eleitoral e mediação comunitária de conflitos;

Encontro durante o qual, os delegados partilharam pontos de vista sobre:

- i) Apresentação de Estudo sobre sentido de voto na Guiné-Bissau 2022 e da Pagina Web de CTO-BISSAU ★ FÓRUM DE PAZ;
- ii) Estratégia de Comunicação e colaboração com as Rádios Comunitárias (incluindo a Rádio Bemba);
- iii) Monitorização eleitoral e mediação de conflitos comunitárias;



Durante o 26º Conselho de Paz- Quinhamel, foi possível, realizar um inquérito Exaustivo em diferentes campos de observação: Educação, Saúde, Força de Defesa e Segurança, Justiça, Económica e Desenvolvimento, Política e Governação, Culturas, Comunicação (4º Poder), Religiões, Juventudes Partidárias e Gestão dos Recursos Naturais.

As Atividades supracitadas e mais especificamente o monitoramento dos campos de observação, foi possível aos delegados constatar o seguinte:

- 1. Inicio do Ano Letivo Escolar em 6 de Outubro com ameaça a greve pelos sindicatos;
- 2. Fuga de quadros da educação e saúde para exterior, causando a insuficiência dos professores nas escolas e dos técnicos de saúde;
- 3. Reabilitação de algumas estradas na Capital Bissau, Bafatá, Gabú, Biombo e Quínara;
- 4. Degradação de estradas no interior de país e dificuldades na evacuação de produtos e transportes;
- 5. Realização de cimeira da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa e a assunção de presidência rotativa pela Guiné-Bissau;
- 6. Tensão política, motivada pela exclusão dos partidos, coligações e candidatos opositores ao regime, das eleições gerais de 23 de Novembro;
- 7. Interferências de líderes religiosos e tradicionais na política partidária;
- 8. Aumento de preço de produtos da primeira necessidade;
- 9. Aumento de criminalidade: assassinatos, raptos, restrição de liberdades, casamentos precoces obrigatórios e roubo à mão armada;
- 10. Aumento de conflitos de posse de terra perante constantes greves no setor de justiça;

As recomendações a seguir apresentadas, destacam-se a chamar a atenção às autoridades locais e centrais para a necessidade de soluções adequadas aos problemas Identificados que podem comprometer a paz e a coesão social nas comunidades e de todo o país.

De salientar que, permite ainda, partilhar indicadores de maturidade e qualidade no voluntariado dos GKP e os níveis de aprendizagem, a experiência e conhecimentos complementares que pouco a pouco se vão obtendo com o relacionamento direto com os saberes locais para a abordagem e mediação de conflitos assim como na educação para a cidadania.

Delas se extrai as seguintes recomendações, direcionadas as autoridades locais e centrais:



A). NO CAMPO DE OBSERVAÇÃO DA EDUCAÇÃO:

Não obstante ao início das aulas em 6 de Outubro, isto após anuncio oficial de ano letivo 2025/2026, os delegados ao conselho de registaram atraso em muitas escolas do interior, insuficiência dos professores, um grosso numero de corpo docente migrados para estrangeiro, deixando vagas em muitas disciplinas nas instituições de ensino. Os delegados manifestaram-se preocupados com sinais de greve, isto é, após a um entendimento entre o governo e sindicatos do setor, o acordo parece ester a frustrar devido as declarações de líderes sindicais que acusam o executivo de falta de vontade política. Outra situação atual nas escolas que estiveram nas agendas dos delgados, deve-se a uso de droga nas instituições da educação e degradação das infra-estruturas escolares.

Neste âmbito, os delegados recomendam:

- ✓ Preenchimento das vagas dos professores migrados para atender às demandas dos alunos e da comunidade educativa no seu todo;
- ✓ Diálogo permanente entre o governo e organizações sindicais e cumprimento das exigências para melhoria de condições de trabalho dos técnicos da educação;
- ✓ Adoção de políticas públicas de incentivo a quadro de honra e aumentar vigilância e mecanismo de combate a delinquência nas escolas do país;
- ✓ Harmonizar os conteúdos escolares e reativar comissões de estudos para os técnicos da educação, reforço de capacidade aos gestores escolares e Comités de Gestão das escolas;
- ✓ Reabilitação das escolas e adoção de meios ao serviço de infraestruturas do Ministério da Educação Nacional de modo a atender as necessidades infraestruturais;
- ✓ Inclusão de escolas madrassas e corânicas no sistema de ensino, de modo a evitar o fenômeno criança talibé;

B). NO CAMPO DA SAÚDE:

No setor de Saúde, os delgados registaram grande preocupação da comunidade de Quinhamel sobre as cobranças exorbitantes de donativos solicitados pela Missão Católica para apoiar serviços sanitários, ineficiência dos técnicos de saúde, com grande número de pessoal migrado para o exterior do país. Facto que segundo os delegados é transversal a todas as regiões da Guiné-Bissau. Os delegados reportaram o estado crítico em que se encontram os centros de saúde, com falta não apenas de técnicos, mas também, dos materiais e fundo de maneio para serviço de qualidade, em muitas regiões não há ambulâncias para evacuação dos pacientes aos centros e hospitais especializados. Sinais de greve.

no setor de saúde constituem igualmente a preocupação dos delegados ao 26º Conselho de Paz.

Posto isto, os delegados recomendam:

- ✓ Diálogo permanente entre o governo e as organizações sindicais do setor de saúde de modo a evitar colapsos no sistema sanitário do país;
- ✓ Colocação de técnicos de saúde para preencher as vagas existentes de modo que o serviço para atender as necessidades com urgência local esteja operacional;
- ✓ Afetação de ambulâncias, medicamentos e equipamentos necessários para centros de saúde e hospitais de todas as áreas sanitários do país;
- ✓ Adotar a inspeçao hospitalar de meios de modo a inspecionar os serviços e técnicos em todas as regiões;
- ✓ Elaboração de plano de emergência que leve em conta os grupos vulneráveis (mulheres grávidas e crianças);

C). NO CAMPO DE OBSERVAÇÃO DA ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

O aumento dos preços de produtos da primeira necessidade, não obstante a boa campanha de comercialização de castanha de caju, segundo os delegados, precisa de uma explicação e decisão seria das autoridades da Guiné-Bissau. A inexistência de políticas económicas que leva em consideração às mulheres bideiras e jovens são entre outros os registos anotados pelos delegados ao 26º Conselho de Paz. O setor agrário age sem uma política pública, isto também, segundo os delegados deve-se as constantes interrupções das legislaturas, levando a que um país com enorme riqueza e solo arável, fica sem ter nem sequer um centro de especialização agrícola.

Perante os problemas os delegados recomendam:

- ✓ Criação de Centros de formação de transformação de produtos locais e abertura de uma escola de especialização agrícola;
- ✓ Adoção de Políticas públicas e reforço de mecanismos para disciplinar o mercado e observar a livre circulação de pessoas e bens nos espaços comunitários;
- ✓ Criação de Políticas públicas que levem em conta o emprego (jovem) e a emancipação económica das mulheres;
- ✓ Abertura de banco de crédito nas regiões de modo a fazer face a venerabilidade dos agricultores e das mulheres empreendedoras;

D). NO CAMPO DA JUSTIÇA:



O atual contexto político motivado pelas decisões dos tribunais, é contestado pela sociedade. Facto que segundo os delegados poderá levar o país ao caos total. As greves de oficiais de justiça e falta dos tribunais sectoriais e ainda o custo elevado da justiça, a não descentralização da polícia judiciaria, o que dificulta a população a ter acesso à justiça, são preocupações anotadas pelos delegados. Muitos conflitos comunitários são mediados pelos Kumpuduris de paz em parceria com Centro de Acesso à Justiça, aliás os Kumpuduris atuam para além do alcance dos tribunais.

Nesse sentido, os delegados recomendam:

- ✓ Independência dos tribunais e juízes, justiça justa, célere e transparente;
- ✓ Diálogo permanente entre o governo e organizações sindicais do setor de Justiça;
- ✓ Abertura dos tribunais setoriais, disponibilização de equipamentos, colocação dos técnicos e alargamento de Centros de Acesso à Justiça;
- √ Fiscalização do trabalho dos magistrados judiciais;
- ✓ Busca de grande consenso em relação à exclusão de candidatos, partidos e coligações eleitorais nas eleições legislativas de 23 de novembro, de modo a evitar caos e o conflito generalizado;
- ✓ Colaboração com mediadores comunitários e criação de mecanismos legais para o enquadramento da mediação pacifica dos conflitos;
- ✓Abertura de delegacias e equipamento de polícia judiciária nas regiões;

E). NO CAMPO DA POLÍTICA E GOVERNAÇÃO

Os delegados ao 26º Conselho de Paz registaram com grande preocupação as dificuldades de serviços administrativos das regiões, sem meios técnicos e financeiros para impulsionar o desenvolvimento local, visto que a maior parte da receita do estado é enviada para o governo central, não há infraestruturas que representam condignamente o estado. Muitos serviços estão centralizados, muito embora em algumas áreas como o registo civil, e bilhete de identidade a melhoria é notável. As constantes instabilidades políticas com consequências em derrube dos governos legítimos e polarização dos partidos políticos e de discurso de ódio são fatores que os delegados repudiam, por estar, segundo eles a destruir a boa convivência e os valores da guineendade, interferindo negativamente, na administração pública do país. Enfim, os delegados relataram o aumento de conflitos de posse de terra nas comunidades e entre os criadores de gado e agricultores por falta de limitação das zonas de pastagem.

Para fazer face aos problemas supracitados, os delegados recomendam:

- ✓ Diálogo político Nacional com vista a grande consenso perante a situação política atual de desconfiança e antagonismos;
- ✓ Cumprimentos de recomendações da cimeira dos chefes dos estados dá África Ocidental para a reposição da ordem Democrática na Guiné-Bissau;
- ✓Criação de condições técnicas para realização das eleições autárquicas de acordo com a Lei Base das Autarquias, de modo a completar o ciclo democrático e restituir o poder ao seu verdadeiro constituinte;
- ✓ Realização de concursos para acesso as funções públicas e para postos de pessoal dirigente;
- ✓ Promulgação de lei de mediação comunitária e instruir a profissão do mediador de conflitos;
- ✓ Isenção aduaneira de materiais importados de caris humanitária;
- ✓ Implementação de governança eletrónica e capacitação continua de gestores e administradores públicos;
- ✓ Revisão da Lei Eleitoral de forma a:
 - Permitir a observação eleitoral nacional;
 - Sancionar de acordo com as leis do país, os Partidos e candidatos que fomentam a violência e tribalismo;
 - Determinar que os candidatos a cargos de deputados sejam comprovados residentes no círculo em que são candidatos;
- ✓ Revisão da lei de paridade, de forma a integrar sanções que efetivamente obrigam o cumprimento de alternância de género no preenchimento de listas de deputados e nos cargos da administração direta e indireta de estado;
- ✓ Divulgar a Lei de terra e criar mecanismos de mediação de conflitos e de posse da terra no país;
- ✓ Definir e delimitar a zona de pastagem para evitar os conflitos entre criadores de gado e agricultores no interior do país;

F). NO CAMPO DA GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Neste capítulo os delegados registaram com entusiasmo a classificação de Bolama Bijagós como "Património Mundial ", considerando as práticas nocivas ao meio ambiente que persistem em todo país, mas, na zona insular em especiale.

destacando a pesca ilegal, corte de mangal e poluição da zona costeira. Corte descontrolado de árvores, cobranças ilícitas pelas autoridades nacionais, transporte de recursos florestais e aleóticos nas fronteiras aduaneiras, constituem uma preocupação da população guineense, de acordo com os delegados ao 26º Conselho de Paz.

Perante a situação, os delegados recomendam:

- ✓ Saudar a classificação dos Bijagós como Património Mundial e promoção das iniciativas locais para a proteção da zona de importância mundial;
- ✓ Criação de política nacional de repovoamento de árvores em extinção;
- ✓ Criação de fundo de apoio às iniciativas empreendedoras a favor de conservação e proteção de meio ambiente;
- ✓ Reforçar os mecanismos de proteção, conservação do meio ambiente, em particular nas áreas protegidas;
- ✓ Reduzir as fronteiras aduaneiras internas de modo a facilitar a circulação de pessoas e bens, felicitando assim os cidadãos no rendimento, em especial as mulheres vendedoras;
- ✓ Introduzir a educação ambiental nos currículos escolares e académicos;
- ✓ Rescindir acordos sobre a construção de zonas húmidas e reservas ambientais, que possam prejudicar o ecossistema e a reserva biológica desses locais;
- ✓ Criação de condições de controlo de agentes de Brigada de Proteção de Natureza e Ambiente, Guarda Florestal e guardas de parques;

G). NO CAMPO DA DEFESA E SEGURANÇA

No capítulo de defesa e segurança, os delgados lamentaram a morte no curto espaço de tempo de três régulos na região de Biombo, o aumento de criminalidade no país, roubo de gado, homicídio, suicídio e desaparecimentos, trafico humano, exploração sexual de menores, coroado com a insuficiência de pessoal de segurança que se encontram sem meios para dar a resposta nas comunidades. A permanência de Despacho do governo que limita a liberdade de manifestação, o aumento de raptos e espancamento dos cidadãos foram também algumas das preocupações dos delgados.

Pelo que recomendam:

✓ Revogação de despacho do Ministério do Interior que restringe a liberdade de manifestação;



- ✓ Cessação imediata de regime de perseguições políticas, raptos e espancamento dos jornalistas e ativistas dos direitos humanos;
- ✓ Distanciamento de militares e paramilitares nas atividades Políticas e partidárias;
- ✓ Implementação de reformas estruturais nas forças de defesa e segurança;
- ✓ Adoção de Políticas de formação contínua de elementos das forças de defesa e segurança;
- ✓ Criação de condições de segurança, como instalações de postos de polícia com recursos humanos devidamente preparados;

H). NO CAMPO DA COMUNICAÇÃO

Os delegados aplaudiram ainda a Iniciativa de Café jornalístico do Sindicato Nacional de Jornalistas e Técnicos de Comunicação Social em colaboração com o Projeto Fórum de Paz, espaço que serve de reforço de capacidade não só para homens e mulheres de imprensa, mas também, que contribui positivamente na formação de uma massa crítica e participação na construção da Unidade e coesão Nacional. Os delegados saudaram igualmente, a promulgação da Lei de Carteira Profissional.

Os delegados registaram com preocupação, a situação miserável em que se encontram os órgãos de comunicação social, em particular, as rádios comunitárias que estão ao serviço público, mas, sob pressão fiscal e sem subvenção das autoridades. A limitação do espaço de liberdade de expressão e de imprensa, perseguições aos jornalistas críticos ao poder e confisco do exercício jornalístico, mediante a polarização de órgãos cujos responsáveis políticos e governantes, são entre outros os problemas que constam nas anotações dos delegados ao 26º Conselho de Paz.

Perante as anotações, os delegados recomendam os seguintes:

- ✓ Cessação imediata de perseguições aos jornalistas e criação de condições de segurança para um exercício jornalístico livre e independente;
- ✓ Criar comissão independentes para a distribuição da carteira profissional de modo que não haja interferência política e governamental;
- ✓ Redução das taxas de licenças e alvará de funcionamento, sobretudo para as rádios comunitárias;
- ✓ Subvenção dos órgãos de comunicação social, sobretudo às rádios comunitárias;

I). NO CAMPO DA CONVIVÊNCIA RELIGIOSA

No domínio da Convivência religiosa, os delegados ao 26º Conselho de Paz lamentam as interferências religiosas na política, segregação étnica e religiosa, discurso de ódio e intolerância entre os guineenses, fato que os delgados anotam como um perigo que mina os valores morais dos cidadãos. Os delegados reconhecem os esforços e contribuição das religiões no desenvolvimento local, quer nas construções de escolas e hospitais, assim também, nos serviços de caridade e apoio às comunidades vulneráveis.

De acordo com as recomendações dos delegados, as ações estruturantes devem garantir:

- ✓ Equidistância dos líderes religiosos na política partidária e criminalização de discurso de ódio e de pendor étnico;
- ✓ Respeito ao princípio de laicidade de estado e promoção da educação religiosa;
- ✓ Apoio às ações religiosas a favor da paz, a construção de serviços de desenvolvimento comunitário (escolas, hospitais);
- ✓ Observação e cumprimento de preceito legal sobre a separação das instituições de estado e religiosas;

J). NO CAMPO DA CULTURA

Em relação a classificação dos Bijagós como Património Mundial, os delegados anotam a fragilidade dos serviços turísticos, e ausência de controlo e registo de museus e patrimónios culturais da Guiné-Bissau. A desvalorização das línguas nacionais a favor da língua oficial, segundo os delegados são fatores nocivos às culturas e levam os cidadãos a não aprenderem seus idiomas.

Pelo que recomendam que haja:

- ✓ Adoção de políticas públicas para valorização das línguas nacionais e sua integração no currículo escolar;
- ✓ Registo de museus e patrimónios culturais, criação de políticas públicas de fomento à cultura e sua divulgação;
- √ Criadas bibliotecas públicas e casas de cultura em todas as regiões do país;
- ✓ Desenvolver uma política de fomento do turismo respeitoso e harmonioso com as comunidades e de preservação do património cultural;
- Adoção de um fundo de comunicação social para a investigação e divulgação da cultura guineense;

K). NO CAMPO DAS JUVENTUDES PARTIDÁRIAS

Considerando a atual conjuntura política, caracterizada pela divisão sociopolítica e económica, a tribalização dos partidos, o recrutamento de soldados cibernéticos com conteúdo pejorativo e insultuoso e que constituem segundo os delegados uma afronta à identidade nacional e inteligência coletiva e que põe em causa os princípios constitucionais e os valores da democracia pluralista. Os delegados lamentaram a exclusão das meninas e jovens na esfera de decisões nos partidos políticos, mesmo sendo uma maioria na demografia guineense.

Os delegados enalteceram a iniciativa de CTO-BISSAU * FÓRUM DE PAZ na criação da rede das Juventudes partidárias, um espaço de diálogo e mediação de conflitos nos Partidos Políticos.

Para o efeito, os delegados recomendam:

- ✓ Cessação imediata de discurso de ódio,
- ✓ Capacitação contínua das juventudes e lideranças partidárias nas áreas de cidadania, mediação de conflitos e boa governação;
- ✓ Divulgação dos instrumentos Político Partidários internos e o ordenamento jurídico (Constituição da Guiné-Bissau, Lei-Quadro dos Partidos Políticos);
- ✓ Promoção da Participação Política das meninas nas esferas de decisão nas respetivas estruturas de massa dos partidos políticos;
- ✓ Implementação de mecanismo de combate à violência baseada no género e da lei de quota nos partidos políticos;
- ✓ Implementação de mecanismo de fiscalização e de combate ao Nepotismo, tribalismo e partidarização da administração pública;
- ✓ Apoiar CTO-BISSAU★FÓRUM DE PAZ com a iniciativa da Rede das Juventudes partidárias e aceitação das medidas tomadas pelo núcleo de jovens partidários nos respetivos partidos;

Feito em Quinhamel a 18 de Outubro de 2026

